

Joinville cidade operária- repressão civil-militar a novos atores sociais entre os anos 1978-1985.

Izaias de Souza Freire¹

Resumo: Quando o regime militar começa a dar sinais de exaustão e abertura, a classe empresarial da cidade, que havia se beneficiado do “milagre econômico”, passa a se precaver contra a ideia de que “Joinville pudesse tornar-se uma sucursal do ABC”, “contaminada” pelas lutas operárias que ocorriam na grande São Paulo. Com base nessa premissa, o poder econômico local, empreende um autêntico combate ao fomento de uma identidade e de uma cultura política de esquerda que estava em fase de gestação na maior cidade operária de Santa Catarina. Combater isso era na verdade lutar contra tudo que pudesse representar uma ameaça ao seu domínio naquele momento. Para o que atuou em paralelo ao aparato repressivo do estado autoritário, que ainda manifestava sinais de atuação naquela época. Deste modo as forças que procuraram reprimir o movimento sindical (e os movimentos sociais em geral) na cidade durante o processo de democratização conjugaram agentes do regime com as elites locais. O presente trabalho, inscrito na História do Tempo Presente é parte integrante de uma pesquisa que tem por base um corpus documental assentado na coleta de depoimentos orais, complementado por fontes impressas da mídia local depositadas no arquivo público da cidade.

Palavras-chave: Militares; empresários; repressão.

Mantemos com o passado recente uma relação nem sempre pacífica. Escrever sobre ele é mover-se num território conflituoso onde a narrativa se instala no limiar de uma região fronteira marcada por um impasse diplomático entre história e memória aonde nem sempre se chega a bons termos (SARLO, 2007, p. 9). Negar ou ser indiferente a esse conflito não é de bom alvitre, aceitar sua existência ao menos confere ao historiador, senão forjar um tratado de paz desejável e quiçá impossível, a noção dos dilemas e riscos ao operar nesse campo de investidas mútuas. Embora o debate que se instala entre história e memória sobre períodos de autoritarismo e repressão política não seja propriamente inovador, tampouco é imprescindível que o seja, na medida em que tem se mantido ao longo das últimas décadas como importante e contínuo ponto de inflexão sobre a epistemologia histórica desde o Holocausto (RICOEUR, 2007) ele se faz necessário.

Abordar esse passado pelo viés do testemunho, embora sua evocação pretérita se faça sob uma “concessão da memória”, este não lhe pertence por “direito natural”, não obstante tê-lo vivido. Outros também viveram, seja como agentes, seja como expectadores. Ao historiador cabe manter-se fiel ao primado de seus procedimentos e abordagem que se situam para além dos objetivos do sujeito da lembrança. Logo sua narrativa não deve se inscrever

¹ Mestrando em História do Tempo Presente, UDESC, bolsista CAPES. E-mail: sr_iluminista@hotmail.com

numa epistemologia ingênua da memória que a isente do crivo metódico, da contraprova, do confronto com outras fontes ou do que já foi produzido por seus pares. Isto porque o pesquisador caminha sobre uma linha tênue e poderá ser acusado de falsear e distorcer eventos e processos aos quais procura entende-los, cujos riscos de reputação e imagem pública não podem ser ignorados.

É verdade que o exercício de lembrar e produzir memória sobre períodos de autoritarismo e repressão possui implicações identitárias e políticas (MOTTA, 2011, p. 95). Não se pode, portanto fugir ao lócus de sua enunciação. Da mesma forma que o discurso histórico não pode possuir ilusões de neutralidade sabendo que sua abordagem desempenha funções políticas no presente. Logo, se por um lado ele deve se afastar de um estatuto do testemunho que se ponha acima da história, de outro, dificilmente será capaz de escamotear suas opiniões, preferências ou simpatias.

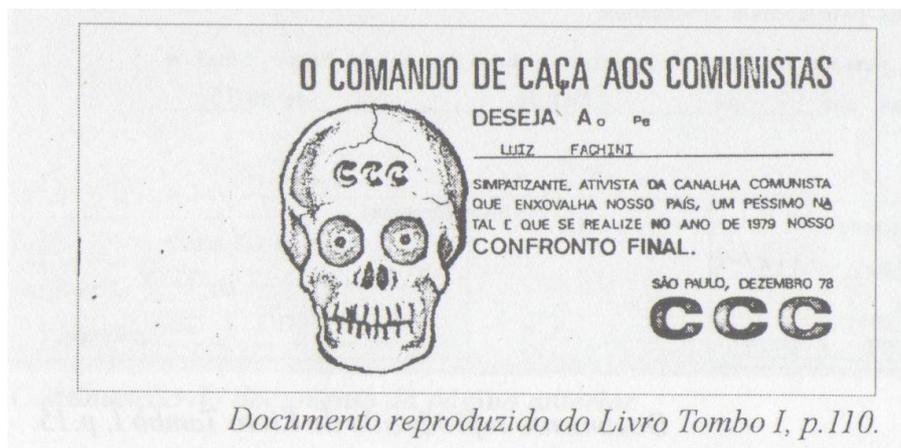
Com o fim das ditaduras militares na América Latina, as últimas décadas tem sido marcadas pela inscrição de uma enxurrada de depoimentos na cena pública (SARLO, 2007). No Brasil, mais recentemente, com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, tem sido habitual a voz de testemunhas de vítimas diretas, familiares e agentes da repressão. Ressalvando exceções militares, e de setores mais conservadores ou mesmo indiferentes, outros segmentos tem sido condescendentes com a voz dos que sofreram e é aceitável que haja uma identificação maior com os que foram alvo da repressão autoritária. O “testemunho das vítimas é necessário para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça” (SARLO, 2007, p. 47). A história não pode se furtar aos seus impulsos morais e do direito de lembrança dos que sofreram.

A presente investigação procura entender como a repressão manifestou uma dupla face, a civil e militar, numa cidade operária empreendendo um autêntico combate ao fomento de uma identidade de esquerda em gestação no seio do movimento de base da vertente progressista da igreja. Os novos atores na cidade passariam a constituir seu eixo de atuação a partir das premissas da teologia da libertação cuja elaboração discursiva resignificava suas condições de vida e de trabalho à luz de uma nova ótica (SADER, 1988). Em Joinville essa “matriz discursiva” fora o primeiro elemento a incidir sobre a experiência da condição operária colocando-se como um agente social novo naquele contexto. Na acepção de Sader, uma “matriz discursiva” produz vocabulário, nomeia conflitos, atribui e recebe sentido. Ela está ancorada numa agência que faz “uso de categorias de nomeação e interpretação” cuja

“produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas” (SADER, 1988, p.142-143). As memórias das lutas de velhos militantes de esquerda na cidade de Joinville estão estruturadas a partir dessa matriz discursiva:

Não se fala mais em luta de classes, mas ela existe. Vai dizer que não existe luta de classes? Só que a luta de classe é amortecida, não é aparente como era naquela época (...). Na pastoral operária a gente já discutia o marxismo, já discutíamos... Tinha na escola dos ministérios o *marxismo & cristianismo* (NEITSCH, 2013).

Não demoraria a essa nova práxis expressar “práticas de resistências e projetos de ruptura” com o modelo estabelecido na cidade operária, através de “experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo” (SADER, 1988, p. 143). Isso, contudo, a tornaria alvo de perseguição dos órgãos de segurança do regime e da classe empresarial:



A gente passou uns apertos danados. O CCC, o Comando de Caça aos Comunistas uma vez chegou à nossa casa e acabou com tudo, destruiu tudo, tudo, deixaram bilhete dizendo que iam matar todos, especialmente o padre. (...) a elite generalizava, todo mundo que participava das comunidades de base, pastoral operária então nem se fala, pastoral da terra então nem se fala, eram todos comunistas. Era assim que éramos tratados, todos comunistas (NEITSCH, 2013).

A imprensa não dava, televisão todas às vezes! Se a gente estava numa reunião, tinha que fugir da reunião pra não ser filmado. Se você fosse filmado no outro dia você tava na rua. O pessoal fugia da TV, fugia de fotógrafo porque era aparecer e ter certeza de ir embora. Era um esquema bem miserável (PAULA, 2013)!

O empresariado conservador, que havia desfrutado as benesses do “milagre econômico” e perfeitamente ambientado a cultura política autoritária do regime, não

habituação a mediar situações de conflitos, mostraria toda sua força na arena pública de embate de interesses. A classe econômica temia que a cidade pudesse ser contagiada pelas lutas operárias que ocorriam na região do ABC paulista e se lança contra esse espectro. E é nessa perspectiva de uma simbiose com a cultura política autoritária do regime é que a lente sobre a atuação da classe patronal em Joinville precisa ser enxergada. Uma conjugação de esforços de agentes civis e militares no combate ao que pudesse ser enquadrado como subversão e ameaça de perturbação da ordem. Uma cultura política autoritária cujos referenciais compartilhados (BERSTEIN, 1998: 250-254) entre militares e classe econômica se expressavam numa prática persecutória aos novos atores e na luta para organização do movimento de trabalhadores. Havia elementos da formação de uma cultura política democrática, mas que estava longe de ser hegemônica, coexistindo com a pressão da cultura política autoritária predominante. Segundo Berstein diferentes culturas políticas podem coabitar os mesmos espaços não impedindo que uma prevaleça. E as práticas repressivas do empresariado e regime se coadunavam muito estreitamente com o escopo dessa cultura política autoritária.

Paradoxalmente o governo Geisel que teria anunciado a distensão do regime, seria àquele em que mais se faria sentir a força da repressão na cidade. Neste sentido a clássica divisão que opõe os *brandos* a ala radical batizada como os *duros* parece ter pouco sentido para uma análise da repressão no cotidiano da cidade. O autoritarismo tratado como uma variável ao longo dos anos que durou o regime parece ser mais condizente com a perspectiva local indo de encontro à tese de Sebastião Velasco Cruz e Carlos Estevam Martins. Sua perspectiva enfatiza as discontinuidades do autoritarismo tratando-o não como a implantação de um conjunto de instituições autoritárias plenamente estruturadas e inambíguas, mas como “uma variável, suscetível de assumir diferentes valores ao longo do tempo” (VELASCO & MARTINS, 2008, p. 9). À luz do viés de um autoritarismo de idas e vindas é que o governo Geisel torna-se mais compreensível mesmo porque entre os seus pares teria sido um dos que mais fizera uso do AI-5 para cassações de mandatos, aposentadorias compulsórias, inclusive para fechamento do congresso (SILVA, 1998, p. 42-5).

Vivia-se um clima de apreensão em função do que acontecia no restante do país e as investigações da Paróquia Cristo Ressuscitado na cidade pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) criou um sentimento de receio e medo entre membros e lideranças (FACCHINI & PEDRINI, 2000, p. 78-80). Em muitos aspectos a repressão civil ao novo movimento se confundia com àquelas perpetradas pelo regime.

A ditadura militar dava sinais de exaustão, mas ainda mantinha seu aparato repressivo e conjugava forças com as redes que lhe haviam dado sustentação entrando na arena contra o que pudesse representar ameaça ao seu domínio naquele momento. A fala de um velho militante mensura e dá o tom da escala de atuação da classe empresarial na esteira do autoritarismo vigente:

Falar em greve aqui era pecado mortal com direito a guilhotina, o bicho pegava. Uma perseguição muito forte dentro das indústrias. Eu fui visto numa reunião que estava e no outro dia fui para empresa e fui demitido. Então esse processo de perseguição mudou a questão. Não era mais a prisão, o crime era combatido com o desemprego! E eu sempre dizia: “gente os caras mudaram, não precisam matar mais como fizeram em 64, e em 70. Matam de desespero e fome” (PAULA, 2013).

A metáfora da guilhotina parece bastante apropriada na atribuição de sentido aos que perdiam o emprego e se reveste da autoridade e do direito que possui a vítima em nomear seus algozes. O aspecto notável na narrativa é a identificação simbiótica das forças militares que perseguiram e matavam seus oponentes com a perseguição perpetrada contra a organização dos trabalhadores. Há uma identificação deliberada ou não, de um regime empresarial-militar que atuou em sincronia, onde a balança agora parecia mudar de lado, e o que fosse considerado subversão seria punido não com prisão, mas “com o desemprego”. A morte possuía uma nova face, não a dos porões da tortura, mas a do “desespero” e da “fome” de quem não teria onde tirar o sustento do pão de cada dia.

Esta prática de combate a insurgência ao despotismo fabril era usada como arma de trincheira na dissuasão da organização dos trabalhadores e no fortalecimento de formas de protesto:

Isso era corrente! Saía a greve, quando terminava era muita gente desempregada. E o problema não era ser demitido, o problema era conseguir um novo emprego, esse que era o maior problema, o cara ficava marcado. Eu mesmo não conseguia emprego em Joinville (NEITSCH, 2013).

A demissão de grevistas e dificuldade de conseguir novo emprego na cidade não se encontra apenas nos registros da memória. Matérias publicadas na imprensa² após a greve dos

² A matéria é do Jornal O Estado e consta no acervo do CDH. A fotocópia do recorte do caderno economia-5 não permite identificar a data, mas sugere que tenha sido publicada no mês de abril de 1980 uma vez que aparece fotocopiada em seu verso a nota de esclarecimento da Hansen publicada em A Notícia de 12 de abril de 1980. A empresa se defende e termina a nota ironizando: “fiquem tranquilos, (sic) empregados disciplinados e trabalhadores não são demitidos. A empresa não irá rever as demissões já feitas. Contudo, repetimos: fique tranquilo: gente boa nunca será despedida”.

plásticos deixam indícios claros dessa prática de troca de informação entre as empresas criando uma espécie de lista de *personas não grata* que não conseguiam emprego.

Ao narrar a repressão sofrida Neitsch atribui diferentes níveis na qual se davam as perseguições de que eram alvo:

A perseguição se dava no nível econômico da sobrevivência, no nível psicológico e da política mesmo. De todas as maneiras eles nos cercavam para a gente ser infeliz, só que a gente resistia. Por outro lado tinha toda uma luta, uma gama de romantismo, um ideal, uma fortaleza tão grande dentro de todos que compensava a pressão, mas a gente se doía (NEITSCH, 2013).

O olhar dos que sofreram e resistiram será irremediavelmente diferente dos demais, afetado que foi por esse passado. O presente está ancorado no passado vivido, o tempo no qual o sujeito da lembrança reelabora e ressignifica sua experiência. A atribuição de sentido à dor experimentada lhe pertence e não pode ser minorada. Ainda que a perda do emprego possa ser considerada uma experiência menos aguda de repressão, nem por isso deixa de ser dolorosa e marcante. De outro lado, o distanciamento temporal permite a reavaliação, a releitura de que a “fortaleza” da militância estivesse alicerçada também numa gama de romantismo, mas que possibilitava algum nível de felicidade que “compensava a pressão”, o efeito psicológico do medo, de escapar ao cerco adverso e da impotência em não poder lutar e resistir.

Pesquisar períodos de repressão é tarefa árdua, pois muitos que conviveram bem com a ditadura continuam desempenhando papel na cena pública. Mas também é uma interpelação moral coletiva a favor das vítimas cujo dolo causado não prescreve (SARLO, 2007, p. 61). Pesquisar experiências de repressão em um passado não muito distante tendo na memória seu principal trunfo é ter em mente as questões de identidades que se interpõe e os conflitos de interesses delas advindos. Em Joinville, cidade de forte tradição industrial, a memória oficial celebrara desde sempre o papel do homem de empresa na sua construção. Este trabalho também é uma tentativa de ocupar um lugar em branco deixado pela memória (MOTTA, 2014, p. 7) oficial da cidade, cujo esquecimento repousa sobre bases estratégicas de não lembrar que fizeram parte de suas redes de legitimação e sustentação da ditadura militar. Não deixa de ser notável que no cinquentenário do golpe a imprensa da cidade tenha feito uma série de reportagens com pessoas que foram presas ou que sofreram algum tipo de repressão na cidade, mas em nenhum momento se falou das bases civis de sustentação da ditadura, nem

tão pouco de que elas também operaram dentro das práticas da cultura política autoritária repressiva.

O desafio de escrever a história como contribuição ao conhecimento de um passado que ainda se mantém vivo traz consigo o efeito de uma “ambiguidade insuperável” de ser para a memória viva remédio ou veneno, ou mesmo ambos. Isso vale para a memória das vítimas e/ou seus representantes, mas vale também para o daqueles que estiveram ao lado da ditadura, não ignorando que o manipulador da fórmula possa ser acusado de envenenar relações ou louvado pelas propriedades terapêuticas. Temos em mente aqui a transposição do mito de Fedro feita por Paul Ricoeur. O remédio (pharfarmakon) que daria mais saber aos egípcios seria resultado do encontro da ciência (sophias) e da memória (mnemes), mas viria marcado pela ambigüidade de seu efeito. Esta “irredutível dúvida” que paira sobre a história é expressa nas problemáticas “relações entre a memória viva e a história escrita” (RICOEUR: 2007: 151-154). A questão que se impõe continua sendo se a escrita da história seria remédio ou veneno para “quem estava lá”. Na esteira do filósofo francês diríamos que a história está mais ocupada com a fórmula justa que a verdadeira. Nessa perspectiva melhor seria pensá-la através da metáfora de Santo Agostinho das “moradas provisórias” (BÉDARIDA, 1996: 221). Nesse sentido encaramos a escrita da história não como dano a memória, mas como um bem constituinte sem deixar de ser por ela também constituída. Sem a pretensão de patentear fórmulas, esta investigação permite algumas impressões sobre os indícios de como o empresariado se ambientou a cultura política autoritária do regime militar em uma cidade industrial fortalecendo a repressão aos novos personagens quando estes entraram em cena.

Referências

Entrevistas Orais

NEITSCH, Valmir. **Entrevista concedida a Izaias de Souza Freire**. Joinville, 08 de novembro de 2013.

PAULA, Francisco João de. **Entrevista concedida a Izaias de Souza Freire**. Joinville, 31 de outubro de 2013.

Acervo impresso

Centro de Defesas dos Direitos Humanos Maria da Graça.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

ARAÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BATALHA, Cláudio et AL (orgs) **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do Tempo Presente**. Bauru: Edusc, 1999.

FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. **CEBs: 25 anos de caminhada na paróquia Cristo Ressuscitado- Joinville-SC-Brasil**. Joinville, SC: Movimento & Arte, 2000.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura desmascarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, A. de C. Introdução. In: GOMES, A. de C. (coord.) **Velhos militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado dos Tempos Históricos: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAUJO, V. L. de (orgs.). **Aprender com a história?**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p.91-111.

_____. Prefácio. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

_____. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. Instituição em que foi defendida. (Centro ou Faculdade e Universidade).

MOSIMANM, João Carlos. **Catarinenses- Gênese e História**. Florianópolis: Edição do autor, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RÉMOND, René (org.) **Por uma História política**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois**. Porto Alegre. Anos 90, v. 14, 2007.

SILVA FILHO, A. L. M. **O fardo da história e o dever de lembrar**. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 17, p. 17-50, 2003.

SILVA, Hélio. **O governo Geisel**. São Paulo: Editora Três, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SPINDEL, Arnaldo. **O que são ditaduras**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica**: Joinville, Meyer, 1981.

_____. **Tempos modernos: a presença de italianos em Joinville, 1973-2008**. Joinville: Editora Univille, 2010.

VELASCO, Sebastião C; MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). **Sociedade Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Edelstein, 2008.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da UNB, 1995.